



CRENÇA: PONTO DE PARTIDA NA INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA

Luiz Adelino de Almeida Prado

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -SP
laap@terra.com.br

Resumo: Na sua crítica ao Cartesianismo, Peirce não só rejeita a possibilidade de se alcançar a certeza por meio da intuição, como também descarta a pretensão de se poder atingir a verdade absoluta por qualquer outro meio. Por sermos irremediavelmente falíveis, nossas certezas serão sempre provisórias e sujeitas a retificações. Em nossas investigações, portanto, resta-nos partir daquilo que tomamos como certo, ou seja, daquilo que não nos desperta dúvidas, a saber, das nossas crenças.

Palavras-chave: Crença. Ação. Hábito. Pragmatismo.

BELIEF: GUIDING PRINCIPLE FOR PHILOSOPHICAL INVESTIGATION

Abstract: *In his critique of Cartesianism, Peirce not only rejects the possibility of reaching certainty by means of intuition, but also opposes the idea that absolute truth can be attained by any other means. Because we are irremediably fallible, our certainties are always provisional and subject to rectification. Thus any inquiry must start from what we take to be certain, i.e., from that which does not arouse doubts in us, namely, from our beliefs.*

Keywords: *Belief. Action. Habit. Pragmatism.*

* * *

Introdução

A obra filosófica de Peirce obedece a uma arquitetura que possibilita a existência de múltiplas portas de entrada, das quais partem caminhos que se entrecruzam, permitindo o acesso a todas as suas partes. Por cada uma destas portas pode-se iniciar o estudo da filosofia de Peirce. Nosso intuito é mostrar que o estudo da crença em Peirce coloca-se como uma privilegiada porta de entrada para a sua filosofia, não só pelas suas implicações lógicas em uma filosofia que procura encarar os fatos do mundo como ponto de partida, mas também pela sua posição cronológica no todo de sua obra, uma vez que ela aparece entre os seus trabalhos da década de 1870, que representa o momento em que são estabelecidas as bases de sua filosofia.

Veremos, a seguir, como se desenvolve o conceito de crença na filosofia de Peirce, desde os seus delineamentos iniciais nos primeiros artigos da “Série Cognitiva” – onde é feita uma poderosa crítica ao cartesianismo, na qual, como uma de suas consequências, a crença é colocada no lugar da dúvida como ponto de partida da investigação filosófica – até a sua colocação mais detalhada nos dois primeiros artigos da série “Ilustrações da Lógica das Ciências”. Analisaremos também algumas influências assimiladas de outros autores, aprimoramentos elaborados em momentos posteriores e encerraremos com a análise da influência deste conceito na formulação da máxima do pragmatismo.

1 Ponto de partida

Na sua crítica ao Cartesianismo, Peirce não só rejeita a possibilidade de se alcançar a certeza por meio da intuição, como também descarta a pretensão de se poder atingir a verdade absoluta por qualquer outro meio. Por sermos irremediavelmente falíveis, nossas certezas serão sempre provisórias e sujeitas a retificações. Em nossas investigações, portanto, resta-nos partir daquilo que tomamos como certo, ou seja, daquilo que não nos desperta dúvidas, a saber, das nossas crenças. Na sequência desta reflexão, ao rejeitar a dúvida como princípio metódico, Peirce ressalta a importância de se adotar na filosofia o método experimental, que a seu ver é o único que pode proporcionar argumentos mais confiáveis para as nossas investigações filosóficas. Neste método, que é adotado pelas ciências bem sucedidas, uma teoria, para ser aceita, está sempre sujeita a comprovação por meio de provas experimentais até que haja um acordo de opiniões que elimine as dúvidas e torne desnecessária a exigência de se chegar a uma certeza. Nesta perspectiva, os estudos de Peirce passam a se orientar no sentido de desenvolver uma teoria da investigação baseada na sua concepção do método experimental, na qual a crença terá papel fundamental. Nos seus artigos “A Fixação das Crenças” e “Como Tornar Claras as Nossas Ideias” de 1877 e 1878 respectivamente, que dão início ao conjunto de artigos conhecidos como “Ilustrações da Lógica das Ciências”, publicados no jornal norte-americano *Popular Science Monthly*, Peirce apresenta o resultado inicial desses estudos.

Nestes dois artigos, sem negar nenhuma das conclusões a que chegou nos artigos da “Série Cognitiva”, Peirce procura partir de um contexto diferente e, iniciando com o estudo e desenvolvimento dos conceitos de crença e de dúvida, acaba por elaborar a regra para atingir o terceiro grau de clareza que passou a ser apontada, posteriormente, não só como a primeira formulação da máxima do pragmatismo, mas também como o registro de nascimento desta corrente filosófica. Neles também podemos ver como Peirce, dentro desse contexto de crença e dúvida, não só estabelece um novo conceito de investigação, como também reafirma e aprofunda a defesa da adoção da sua concepção do método experimental das ciências como o melhor meio para orientar a maneira como elaboramos as nossas investigações filosóficas. Neste método, Peirce introduz uma nova concepção de realidade, que aparece como a hipótese que o fundamenta. Hookway (1985, p.44) chega a afirmar que “o papel da ‘Fixação da Crença’ nesta série de artigos é estabelecer que uma das pressuposições da lógica é ‘a Hipótese da Realidade’”¹.

¹“The role of ‘The Fixation of Belief’ in the series is to establish that one of the presuppositions of logic is ‘the Hypothesis of Reality’”.

Ao demonstrar a interdependência existente entre a crença e a dúvida, que são concebidas como estados de espírito, e definir a investigação como o esforço para passar do estado de dúvida para o estado de crença, Peirce procura reafirmar a importância do bom raciocínio para solucionar as dúvidas e alcançar crenças mais firmes, seguras e duradouras.

Veremos a seguir como se desenvolve o conceito de crença na filosofia de Peirce, desde os seus delineamentos iniciais no primeiro artigo da Série Cognitiva até a sua colocação mais detalhada nos dois primeiros artigos da série “Ilustrações da Lógica das Ciências”, passando pelas influências assimiladas de outros autores, por aprimoramentos elaborados em momentos posteriores e terminando com a análise da influência deste conceito na formulação da máxima do pragmatismo.

Já em seu primeiro artigo da Série Cognitiva de 1868 – “Questões Referentes a Certas Faculdades Reivindicadas Pelo Homem” – Peirce, no contexto da análise do poder intuitivo, esboça uma definição de crença centrada na ação humana, conforme podemos ver na passagem seguinte:

[...] podemos de modo inquestionável, distinguir uma crença de uma concepção, na maioria dos casos, por meio de um sentimento peculiar de convicção; e é uma mera questão de palavras se definimos a crença como aquele juízo que é acompanhado por este sentimento ou como aquele juízo a partir do qual um homem agirá. (CP 5.242)²

Os elementos convicção e ação, cuja interligação é estabelecida por Peirce nesta passagem, estarão sempre presentes no seu conceito de crença, não obstante esta sua concepção, motivada em grande parte por influências de outros autores, tenha sofrido um grande avanço e aprofundamento com a incorporação de novos elementos. Nos dois primeiros artigos das “Ilustrações da Lógica da Ciência”, Peirce apresenta a sua nova concepção de crença como uma regra de ação e um estado de espírito – o estado de crença – que se opõe a outro estado de espírito – o estado de dúvida.

Peirce inicia seu artigo “A Fixação da Crença” procurando ressaltar a importância da lógica e enquadrar, nos seus mais estritos termos, as questões que serão tratadas. Para ele, a capacidade de raciocinar corretamente constitui uma difícil arte que foi sendo desenvolvida de modo árduo desde os primórdios da humanidade. Ao observar os primeiros passos da ciência, num tempo em que a lógica ainda engatinhava, podemos constatar as dificuldades que foram enfrentadas e os enormes gastos de energia e coragem que foram necessários para contabilizar as primeiras conquistas. Para Peirce, o desenvolvimento da lógica tem uma importância decisiva no progresso da ciência, a ponto de afirmar que:

[...] todo trabalho de ciência, importante o suficiente para ser lembrado por umas poucas gerações, fornece alguma ilustração do estado defeituoso da arte de raciocinar da época em que foi escrito;

² “[...] we can unquestionably distinguish a belief from a conception, in most cases, by means of a peculiar feeling of conviction; and it is a mere question of words whether we define belief as that judgment which is accompanied by this feeling, or as that judgment from which a man will act.”

e cada passo importante na ciência tem sido uma lição de lógica”.
(CP 5.363)³

Observemos que na sua concepção de lógica, Peirce entende que nosso raciocínio deve lidar com coisas reais, ou seja, com aquilo que pode ser verificado por meio de fatos. A validade de um raciocínio é uma questão de fato e não uma questão do ato de pensar. Foi assim que grandes cientistas fizeram suas descobertas. Peirce dá como exemplo Lavoisier, que passou a raciocinar de uma maneira diferente:

[...] sua maneira era levar a mente para o laboratório e, literalmente, fazer dos seus alambiques e cucúrbitas instrumentos de pensamento, dando uma nova concepção de raciocínio, como algo que deve ser feito com os olhos abertos, pela manipulação de coisas reais em vez de palavras e fantasias. (CP 5.363)⁴

Depois dessas considerações iniciais, Peirce passa a analisar os princípios-guia que orientam o nosso raciocínio quando, ao se partir de premissas dadas, escolhemos uma inferência diante de diversas possíveis. Quando formulamos uma indagação lógica, partimos já de algumas suposições concebidas como certas. Essas suposições são constituídas por certos hábitos de nossa mente que governam as nossas inferências. Peirce dá como exemplo o efeito que os dois polos de um ímã exercem sobre um disco de cobre que é colocado entre eles:

Suponhamos, por exemplo, que observamos que um disco de cobre em rotação rapidamente entra em repouso quando colocado entre os polos de um ímã e daí inferimos que isto irá acontecer com todos os discos de cobre. O princípio-guia é que aquilo que é verdadeiro para um pedaço de cobre é verdadeiro para uma outra. (CP 5.367)⁵

O princípio-guia, portanto, é uma proposição que formula uma regra geral de inferência; existe uma grande diversidade de princípios-guia. Um dos principais interesses de Peirce nesses artigos é o de determinar quais princípios-guia são verdadeiros. Se todos os princípios-guia que empregamos forem verdadeiros, nossos raciocínios serão logicamente corretos. Para a consecução desta tarefa, Peirce elabora também a sua concepção de realidade que, além de essencial para a busca do que é verdadeiro, constitui a hipótese na qual se fundamenta o conhecimento científico.

Peirce serve-se destas considerações sobre os princípios-guia para criar o contexto dentro do qual serão introduzidas as noções de crença e de dúvida como estados da mente. Para ele, a existência destes estados da mente já está pressuposta quando é colocada uma questão lógica, e se constitui, portanto, como um princípio-guia de nosso raciocínio.

³ “[...] every work of Science great enough to be well remembered for a few generations affords some exemplification of the defective state of the art of reasoning of the time when it was written; and each chief step in Science has been a lesson in logic.”

⁴ “[...] his way was to carry his mind into his laboratory, and literally to make of his alembics and cucurbits instruments of thought, giving a new conception of reasoning as something which was to be done with one’s eyes open, in manipulating real things instead of words and fancies”.

⁵ “Suppose, for example, that we observe that a rotating disc of copper quickly comes to rest when placed between the poles of a magnet, and we infer that this will happen with every disc of copper. The guiding principle is, that what is true of one piece of copper is true of another.”

Um momento de reflexão mostrará a variedade de fatos que já estão assumidos quando a questão lógica é inicialmente colocada. Está implicado, por exemplo, que existem estados da mente como dúvida e crença – que a passagem de um para o outro é possível, o objeto do pensamento permanecendo o mesmo, e que esta transição é sujeita a algumas regras às quais estão sujeitas todas as mentes. (CP 5.369)⁶

Apresentada desta maneira, a existência destes dois estados de espírito é enquadrada nos cânones da lógica. Do ponto de vista lógico, é levada em consideração a existência de dois estados e o fato de que existe também um movimento de um estado a outro, desconsiderando-se o conteúdo psicológico que daria conta das motivações e estímulos que podem condicionar cada um destes estados e a movimentação entre eles. Para Peirce, estes estados de espírito constituem fatos que devem ser levados em conta em nossa concepção geral de raciocínio, uma vez que são deduzidos da própria ideia do processo de raciocínio. Com relação a este ponto, podemos chamar a atenção para o fato de que o princípio-guia pode ser considerado como um exemplo do princípio da indução – o princípio pelo qual o que se repetiu no passado deverá se repetir no futuro.

Todos conhecem o estado de espírito que precede a emissão de um juízo – estado de crença – e o estado de espírito que precede a formulação de uma questão – estado de dúvida. Podemos distinguir perfeitamente a sensação de dúvida da sensação de acreditar.

Além da capacidade natural de fazer esta distinção, Peirce analisa os diversos aspectos da crença que a diferenciam da dúvida, como a sua ligação com nossas ações, desejos e hábitos. “O sentimento de acreditar é mais ou menos uma indicação segura de se haver estabelecido em nossa natureza algum hábito que determinará nossas ações. A dúvida nunca possui tal efeito.” (CP 5.371)⁷

Podemos constatar aqui que Peirce, embora apresentando uma formulação diferente, na qual acrescenta o hábito como elemento intermediário, mantém a mesma vinculação da ação à crença que havia estabelecido em seu artigo de 1867, que citamos acima.

Peirce, contudo, acrescenta mais uma diferença, neste caso de natureza psicológica, entre crença e dúvida, ao associar o estado de dúvida a um estado de “desconforto e insatisfação” e o estado de crença a um estado “calmo e satisfatório”. Enquanto no estado de dúvida somos assolados por uma irritação que nos impele a uma mudança que suprima este desconforto, no estado de crença, ao contrário, nada nos impele nesse sentido, pois estamos bem como estamos. Cada um destes estados, portanto, tem um efeito sobre nós. Peirce serve-se dessa diferenciação para ressaltar o esforço que é necessário empreender para encontrar uma saída para o estado de dúvida e alcançar o estado de crença, dando a ele o nome de investigação.

⁶ “A moment’s thought will show that a variety of facts are already assumed when the logical question is first asked. It is implied, for instance, that there are such states of mind as doubt and belief – that the passage from one to the other is possible, the object of thought remaining the same, and that this transition is subject to some rules by which all minds alike bound.”

⁷ “The feeling of believing is a more or less sure indication of there being established in our nature some habit which will determine our actions. Doubt never has such an effect.”

A irritação da dúvida, portanto, é o único motivo que justifica o grande esforço que é necessário para buscar o estado de crença. Se nossas crenças têm por finalidade orientar as nossas ações de forma a satisfazer os nossos desejos, ela deixa de existir quando, ao aparecer uma dúvida, esse resultado deixa de estar assegurado. Temos que buscar uma nova crença que elimine essa dúvida. Peirce insiste no fato de que apenas o aparecimento de uma dúvida pode nos demover de uma crença e, inversamente, o esforço iniciado com a dúvida termina apenas quando esta desaparece; o que leva Peirce a afirmar que “[...] o único objetivo da investigação é o estabelecimento da opinião... Tão logo uma crença firme seja alcançada, nós estaremos completamente satisfeitos.” (CP 5.375)⁸

Em “Como tornar as nossas ideias claras”, Peirce equipara a investigação ao pensamento, estabelecendo igualmente que “[...] a produção da crença é a única função do pensamento.” (CP 5.394) E procura aprofundar-se na análise da ação mental que constitui o pensamento, de forma a não só identificar o exato momento em que surge a crença, mas também apontar os diversos aspectos que a caracterizam.

Peirce serve-se de nossas atividades cotidianas como exemplo para mostrar-nos como o pensamento constitui uma ação mental que se desenvolve no tempo. Em algumas situações, por não podermos agir de acordo com um hábito previamente estipulado, hesitamos na escolha da ação a ser empreendida e, a dúvida daí decorrente, estimula uma ação mental voltada para a decisão de como devemos agir. Ao decidir como agir de acordo com as novas circunstâncias, alcançamos a crença.

Servimo-nos das sensações que se sucedem em nossa mente para elaborar diferentes sistemas de relações de sucessão entre elas. O pensamento é um desses sistemas; o que o diferencia é a sua função de produzir a crença. Embora reconheça a possibilidade de se perverter a função do pensamento, dirigindo-o a atividades frívolas como jogos e outros divertimentos, Peirce considera a produção da crença como o motivo genuíno para a ação de pensar.

A crença, portanto, é o produto deste tipo de ação mental que é o pensamento. Além de determinar o ponto de chegada de uma ação mental, em que a hesitação provocada pela dúvida foi o ponto de partida, a crença estabelece também em nossa natureza uma regra de ação que se apresenta como um hábito. Assim, estabelecemos como agir, seja diante de uma determinada situação ou quando uma situação equivalente ocorrer. Por se tratar de uma regra de ação e por ser apenas um estágio de nossas ações mentais, a crença influencia o nosso pensar futuro e, quando posta em prática, pode gerar novas situações em que a dúvida reaparece e novas ações mentais são desencadeadas visando à produção de outras crenças. Enfim, “a essência da crença é o estabelecimento de um hábito; e distinguem-se diferentes crenças pelos diferentes modos de ação a que dão origem.” (CP 5.398)⁹

Posteriormente, Peirce apresentará novas formulações para a sua concepção de crença, nas quais ficará ainda mais enfatizada não só a ligação entre crença e

⁸ “[...] the sole object of inquiry is the settlement of opinion.”. “[...as] soon as a firm belief is reached we are entirely satisfied.”

⁹ “The essence of belief is the establishment of a habit; and different beliefs are distinguished by the different modes of action to which they give rise.”

hábito, mas também, em decorrência desta ligação, a oposição entre crença e dúvida. Para Peirce, dizer que a crença é hábito implica que a crença não seja necessariamente consciente. Em artigo publicado no *The Monist*, em 1905, Peirce apresenta uma definição de crença que ressalta, além desses pontos, os aspectos de durabilidade que afetam a crença.

A crença não é um modo momentâneo da consciência; ela é um hábito da mente que, essencialmente, dura por algum tempo e que é, em grande parte, (pelo menos) inconsciente; e, como outros hábitos, ela é (até que se depare com alguma surpresa que desencadeie a sua dissolução) perfeitamente auto satisfatória. A dúvida é de um gênero totalmente contrário. Ela não é um hábito, mas a privação de um hábito. Ora, a privação de um hábito, para que seja alguma coisa, deve ser uma condição de atividade errática que de alguma forma precisa ser superada por um hábito. (CP 5.417)¹⁰

Na medida em que a ação é repetida diversas vezes e de forma bem sucedida, fixando o hábito mais intensamente, há uma tendência a diminuir o autocontrole e também a consciência da crença. Quando isso ocorre com algum hábito nosso, ele pode tornar-se a tal ponto enraizado que praticamente chega a apresentar um traço fixo permanente.

Quanto à natureza da disposição ou prontidão para agir à qual a crença é associada, Pascal Engel (200, p.168) mostra que Peirce, em textos de 1902, aprofunda-se na ideia já colocada na Fixação das Crenças – de que “a crença não nos faz agir de imediato, mas coloca-nos na posição de nos comportarmos de certa maneira, quando surgir a ocasião” (CP 5.373)¹¹ – ao deixar claro “o fato de a disposição para agir não ser uma atualidade, mas uma potencialidade. A crença não é um conjunto de comportamentos, mas de possíveis comportamentos.” (ENGEL, 2005, p.168)¹². Portanto, a disposição para agir, que equivale a um hábito, é da natureza de uma potencialidade, de algo que ainda não se realizou, o que implica a existência de uma lei de caráter condicional, do tipo “se A então B”.

Constitui um fato reconhecido por diversos comentadores de Peirce que sua definição de crença deriva da teoria da crença do psicólogo escocês Alexander Bain (1818-1903). O próprio Peirce, ao falar dos fatos históricos que deram origem ao pragmatismo, cita Nicholas St. John Green como aquele que lhe deu a conhecer, nas reuniões do *The Methaphysical Club*, a definição de crença de Bain, acrescentando ao final que, “partindo desta definição, o pragmatismo é pouco mais que um corolário”. (CP 5.12)¹³

¹⁰ “Belief is not a momentary mode of consciousness; it is a habit of mind essentially enduring for some time, and mostly (at least) unconscious; and like other habits, it is (until it meets with some surprise that begins its dissolution) perfectly self-satisfied. Doubt is of an altogether contrary genus. It is not a habit, but the privation of a habit. Now a privation of a habit, in order to be anything at all, must be get superseded by a habit.”

¹¹ “Belief does not make us act at once, but puts us in such a condition that we shall behave in some certain way, when the occasion arises.”

¹² “the fact that a disposition is not an actuality, but a potentiality. Belief is not a set of actual behaviors, but of possible behaviors.”

¹³ “In particular, he often urged the importance of applying Bain’s definition of belief, as “that upon which a man is prepared to act. From this definition, pragmatism is scarce more than a corollary.”

Influenciada por Bain, a concepção de crença elaborada por Peirce ganha uma enorme importância em sua filosofia, na medida em que os seus desdobramentos o levam a formular a máxima do pragmatismo, que marca o início desta doutrina filosófica. Ao definir a crença pelos seus efeitos sobre as nossas ações e não pelas suas causas ou pelos sentimentos que ela produz, Peirce acaba chegando naturalmente na máxima do pragmatismo, que encerra o mesmo espírito.

Esta máxima, que Peirce apresenta como a regra para atingir o terceiro grau de clareza de apreensão, encerra um método para esclarecer o significado de proposições por meio da verificação dos seus efeitos sensíveis sobre nossas ações. Palavras e proposições devem ser interpretadas com base nos hábitos ou disposições para a ação a que estão ligadas. Nossas concepções, que são expressas por meio de proposições ou termos, são o mesmo que as nossas crenças. E nossas crenças, ao estabelecerem os nossos hábitos, diferenciam-se pelos diferentes modos de agir a que dão origem. Para Peirce “não há diferença de significado, por mais delicada que seja, que não consista em alguma possível diferença prática” (CP 5.400)¹⁴; e nossa ação refere-se sempre ao que afeta os nossos sentidos; somos levados a agir não só por meio de estímulos que derivam da nossa percepção sensível, como também o propósito de nossa ação é a produção de um efeito sensível.

Em seu artigo de 1905, publicado no *The Monist*, conhecido como “O que é o Pragmatismo”¹⁵, Peirce reforça o que já afirmara quando reconheceu a influência da definição de crença de Bain no seu pensamento, ao deixar claro que o pragmatismo tem sua origem na ideia de que o conteúdo de nossas crenças ou concepções corresponde àquilo que influencia nossas ações ou àquilo com base no que estamos preparados para agir:

[...] uma concepção, isto é, o teor racional de uma palavra ou expressão, reside, exclusivamente, em sua concebível influência sobre a conduta de vida; de modo que, como obviamente nada que não pudesse resultar de um experimento pode exercer influência direta sobre a conduta, se se puder definir acuradamente todos os fenômenos experimentais concebíveis que a afirmação ou negação de um conceito poderia implicar, ter-se-á uma definição completa do conceito, e *nele não há absolutamente nada mais*. Para esta doutrina o presente autor inventou o nome de *pragmatismo*. (CP 5.412)¹⁶

Desta forma, acho que ficam evidentes as razões que levaram Peirce a afirmar que, partindo da definição de crença de Bain “aquilo com base no que um homem está preparado para agir” –, o pragmatismo “é pouco mais que um corolário”. Condutas, modos de agir e hábitos refletem o real significado que atribuímos às nossas crenças: esta é a essência do pragmatismo. Concepções que

¹⁴ “There is no distinction of meaning so fine as to consist in anything but a possible difference of practice”.

¹⁵ “What Pragmatism Is”.

¹⁶ “[...] a *conception*, that is, the rational purport of a word or other expression, lies exclusively in its conceivable bearing upon the conduct of life; so that, since obviously nothing that might not result from experiment can have any direct bearing upon conduct, if one can define accurately all the conceivable experimental phenomena which the affirmation or denial of a concept could imply, one will have therein a complete definition of the concept, and *there is absolutely nothing more in it*. For this doctrine he invented the name *pragmatism*.”

não moldam ações, que não geram efeitos sensíveis, são vazias de significado. Portanto, as únicas proposições que são significativas são aquelas cujos efeitos sensíveis podemos assinalar.

Conclusão

Acreditamos que diante do que expusemos acima, embora sem a intenção de apresentar uma análise exaustiva, e dadas as limitações inerentes ao tipo de trabalho aqui apresentado, fique justificada a nossa proposta inicial de defender o estudo do conceito de crença em Peirce como uma privilegiada porta de entrada para o estudo de sua filosofia. Acredito que, não só para os que ainda não se iniciaram nos estudos da filosofia de Peirce, mas também para aqueles que ainda não despertaram o interesse pela Filosofia em geral, o estudo deste tema possa ser muito instigante, pois as questões nele envolvidas fazem parte da experiência cotidiana de todas as pessoas, e as respostas a elas dadas por Peirce podem proporcionar um grande aprimoramento na maneira como interpretamos o mundo que nos cerca.

* * *

Referências

ENGEL, Pascal. Belief as a disposition to act. In: **Cognitio**: revista de filosofia. São Paulo, v.6, n.2, 2005.

HAUSMAN, C.R. **Peirce's Evolutionary Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HOOKEYWAY, Christopher. **Peirce**. London; New York: Routledge&Kegan, 1992.

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. C. Hartshorne e P. Weiss (Eds.) v.1-6 e A. W. Burks (Ed.) v. 7-8. Cambridge: Massachusetts, Harvard University Press, 1931-1958. (aqui referido como C.P, seguido do número do volume e do número do parágrafo).